



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 29 | Jul./Dez. de 2023

**Tamires Mascarenhas Pecoraro**

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ.*

[mascarenhas.tamires@gmail.com](mailto:mascarenhas.tamires@gmail.com)

# O MDB NA DITADURA MILITAR: Sua formação e (re)estruturação até a vitória eleitoral de 1974.

---

## RESUMO

Este artigo teve como principal objetivo analisar a formação e reestruturação do MDB como partido de oposição durante a ditadura militar entre 1965 a 1974. Esse recorte foi realizado tendo em vista que, durante a década de 1970, o MDB passou por uma reestruturação partidária. Com um discurso renovado e mais incisivo, o MDB conseguiu um expressivo crescimento eleitoral nas eleições de 1974.

**Palavras-chave:** Movimento Democrático Brasileiro (MDB); ditadura militar; eleições de 1974.

---

## ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the formation and restructuring of the MDB as an opposition party during the military dictatorship between 1965 and 1974. This section was carried out considering that, during the 1970s, the MDB underwent a party restructuring. With a renewed and more incisive discourse, the MDB achieved significant electoral growth in the 1974 elections.

**Keywords:** Brazilian Democratic Movement (MDB); military dictatorship; 1974 election.

## Introdução

O atual cenário político brasileiro encontra-se em um momento de intensas complexidades. Motivados, entre outros problemas, pelos desalentos dos recentes desdobramentos políticos, tem ressurgido uma onda de pensamentos radicais de setores da direita que ameaçam as frágeis pontes democráticas que se têm construído no Brasil desde o fim da ditadura militar em 1985. A população mostra-se insatisfeita com os constantes problemas aparentes que envolvem os poderes que estruturam a política nacional, além da forte influência da mídia e da operação “Lava Jato”, que contribuíram para criminalizar a política nacional, promovendo uma interferência tendenciosa na opinião pública. Isso tem incentivado o crescimento e fortalecimento de pensamentos autoritários como maneira de solucionar esse cenário caótico.

Ainda nesse momento de descrença na atual política brasileira, diversos partidos buscaram mudar suas nomenclaturas e siglas, talvez em uma tentativa de reaproximação com o público eleitoral e desvinculação de suas siglas com os atos considerados corruptíveis. Dentre esses partidos, encontra-se o antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com suas origens atreladas ao período da ditadura militar, esse grupo foi construído nas bases do bipartidarismo desenhado pelo regime daquele período. Sob a nomenclatura Movimento Democrático Brasileiro (MDB), essa sigla heterogênea precisou se reconfigurar durante os anos da ditadura reaprendendo, dentro dos limites políticos daquele período, a como exercer sua oposição. Assim, com grande carga simbólica, o PMDB retornou no ano de 2017<sup>1</sup> o uso dessa sua antiga sigla, buscando referência em elementos da memória de sua história que se desvencilhasse da imagem da “corrupção”, presente no atual retrato do partido.

Diante desse preocupante cenário de incertezas, faz-nos necessário retomar alguns aspectos do passado que contribuem para refletir e repensar a atual política brasileira. Assim, este estudo debruçou-se em compreender o processo de formação do grupo político, sua construção e reestruturação como partido de oposição, bem como seu crescimento eleitoral ocorrido no pleito para o legislativo federal em novembro de 1974.

---

<sup>1</sup> O MDB decidiu pelo retorno do uso da sigla em dezembro 2017. Mas o uso da nova sigla foi oficialmente aprovado pelo TSE em 2018.

Para fundamentar tal análise, utilizaremos o conceito de “partido político”. Sobre os partidos políticos, Giovanni Sartori buscou diferenciá-los das facções e com esse objetivo faz uma série de afirmações, dentre elas destacamos esta:

As motivações dos políticos para busca do poder continuam constantes. O que varia são o processamento e as limitações impostas a tais motivações. Mesmo que o político partidário seja motivado pelo interesse pessoal apenas, seu comportamento deve disfarçar – se as restrições do sistema forem operativas – tal motivação. A diferença está, então, em que os partidos são instrumentos das vantagens coletivas, de um fim que não é apenas a vantagem privada dos competidores. Os partidos ligam o povo a um governo, as facções não. Em suma, os partidos são instrumentos funcionais – servem a objetivos e desempenham papéis – e as facções não. E isso, em última análise, porque um partido é parte de um todo que procura servir aos propósitos desse todo, ao passo que a facção é apenas parte de si mesma. (Sartori, 1982. p. 46 e 47).

Sartori faz essa clara distinção entre o que são facções e o que são partidos políticos. Para ele, os partidos têm “princípios comuns” (Sartori, 1982. p. 29). Segundo essa citação, então, os partidos não estão isentos de possuir em suas fileiras pessoas movidas por interesses pessoais. Porém, diferentemente das facções, os partidos possuem e funcionam por motivos comuns e acima dos interesses particulares de seus políticos. Assim sendo, poderíamos compreender que no MDB, apesar sua de construção não ter se dado de uma forma orgânica e de uma necessidade comum *a priori*, dada a imposição do bipartidarismo, seu interesse convergiu a um ponto comum em seu interior: opor-se à ditadura militar.

Para a abordagem que se pretende nesse estudo, dividiremos a análise em duas partes. A primeira parte, intitulada *A constituição partidária*, propomos compreender o processo histórico e político de formação da sigla do MDB em meio ao período da ditadura militar e como essa constituição interferiu no seu papel de ser e fazer oposição. Já segunda seção, *O início da década de 1970, a reestruturação e a vitória eleitoral em 1974*, busca-se analisar como o MDB, a partir da sua heterogeneidade interna, criou mecanismos para estruturar sua imagem de oposição ao regime autoritário junto ao eleitorado, conseguindo com isso sua primeira grande vitória eleitoral no sistema bipartidário imposto pela ditadura.

## **A constituição partidária**

Buscando responder à indagação sobre como a formação do MDB refletiu em sua atuação como oposição, essa seção se debruça sobre a pesquisa do contexto histórico no qual se deu a formação dessa sigla, bem como da implantação do bipartidarismo no Brasil. Assim, tentamos compreender como ocorreu a composição emedebista a partir dos antigos grupos políticos, examinar o programa do MDB e analisar os primeiros momentos de ação da oposição.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) constituiu-se, durante o governo da ditadura militar, o partido político que compreendia a oposição ao regime implantado em 1964. Essa agremiação foi criada após uma série de investidas do governo para reformular o campo político no sentido de fortalecer sua base governista e controlar as forças dissidentes no novo processo governamental que era imposto.

Em 27 de outubro de 1965 a ditadura editou o segundo Ato Institucional (AI-2). Das diversas alterações e determinações contidas no texto, a que cabe aqui frisar é a que compõe o artigo 18: “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.” Ou seja, os partidos constituídos em período anterior foram eliminados. Assim cabia aos políticos se reorganizarem em novas agremiações.

Essa reorganização partidária foi definida pela imposição do Ato Complementar de número 4 (AC-4), em novembro de 1965, que delimitou a formação de novas agremiações provisórias, que futuramente constituiriam os novos partidos da ditadura. Também chamado pela mídia como Ato dos Partidos,<sup>2</sup> o AC-4 determinou que novas agremiações provisórias deveriam ser formadas em 45 dias, a partir do Congresso Nacional, sendo necessário um número superior a 120 deputados e 20 senadores.

Dos fatores e contextos que levaram a extinção dos partidos promovida pelo regime recém-implantado, focaremos, aqui, na própria estrutura e representação dos partidos. Sobre a organização pluripartidária anterior ao AI-2, dos diversos partidos existentes, três tinham grande expressão em nível nacional: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O governo instituído em 1964 tinha como base política principal a UDN (Benevides, 1980), partido antigetulista que atraía empresários, classe média urbana e setores liberais (Reis, 2009, p. 289). Já a coligação formada pelo PSD e PTB, tinha antiga tradição getulista. O PSD tinha uma característica conservadora, assentada na antiga política-administrativa do governo Vargas, mas o PTB possuía maior

---

<sup>2</sup> Tal nome apareceu nas edições do Jornal do Brasil, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo nas publicações posteriores ao dia 21 de novembro de 1965 em que era discutido em matérias sobre essa lei.

proximidade com as massas de trabalhadores urbanos (Reis, 2009, p. 288). A coligação PSD-PTB apresentava, geralmente, interesses opostos ao que a UDN representava. Tendo o PSD expressivo número de representantes no Congresso e o PTB maior proximidade com os grupos populares e de trabalhadores, a coligação desses dois partidos representava um entrave aos interesses do novo projeto governista. Soma-se a isso o fato de a UDN ter pouca expressão eleitoral frente a força política da coligação formada pelo PSD-PTB.<sup>3</sup>

Apesar do repúdio da maioria dos partidos políticos às suas extinções promovidas pela ditadura, grande parte dos congressistas depois aderiu ao “Bloco da Revolução”. O AC-4 limitou a formação de novas agremiações no Congresso, com isso houve uma dificuldade para a formação de um partido de oposição. Seus quadros mais combativos já vinham sendo vitimizados por cassações e exílios desde da implantação do regime ditatorial em 1964. Não obstante, o grupo de oposição que conseguiu se estruturar foi denominado de “oposição consentida”, por haver ali nomes tolerados pelo governo, sendo também chamado como partido do “sim” (Grinberg, 2009, p. 30 e 31) por usarem de tom conciliatório e moderado, em vista de que se colocassem mais combativos do que tolerado pela ditadura, sofreriam perseguições ou cassações.

Quando anunciado o AC-4, o Congresso já esperava a imposição da redução da quantidade de partidos. Alguns parlamentares entendiam que a permissão seria para no máximo três partidos, porém a maioria acreditava que haveria a imposição de dois partidos: um de oposição e outro de situação (Jornal do Brasil, 21/11/1965, p. 4). Já após o anúncio do AI-2, as casas legislativas federais se encontravam divididas e reorganizadas em blocos contra ou a favor da “revolução de 1964”: “Bloco Parlamentar Democrático”, como grupo de resistência democrática e de oposição; e o “Bloco Parlamentar da Revolução”, primeiro a se formar e reunir parlamentares pró-governo (Folha de S. Paulo, 28/10/1965, p. 5). Sendo assim, observa-se que os grupos políticos já estavam previamente se definindo em dois polos específicos.

A partir das definições do AC-4, dos expurgos que vinham sendo realizados e o medo de represálias, configurou-se um contexto dificultoso para formação da oposição. Por exemplo, no Senado foi difícil alcançar o número mínimo de

---

<sup>3</sup> Esse caso é bem expresso nas eleições para governadores em 1965, onde a oposição ao governo ganhou nos principais estados, como com a vitória de Israel Pinheiro da Silva (PSD-MG) e Francisco Negrão de Lima (PSD-GB).

parlamentares exigidos pelo Ato dos Partidos. Sabe-se que Castelo Branco interviu no Senado para garantir a construção ali de um partido de oposição, solicitando para que alguns senadores aderissem ao MDB (PMDB, 2016, p. 16).

Assim, políticos de diferentes matizes ideológicos agruparam-se em torno de duas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que se constituiu no partido de base do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se constituiu por diferentes vozes de oposição à ditadura que vinha se instalando no país.

Desse contexto, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nasceu em meio à reconstrução partidária estabelecida pela ditadura em 1965, sendo instituído, primeiramente, enquanto agremiação em 14 de março de 1966 e, depois, como partido político em 5 de abril de 1967. Sua configuração inicial foi estabelecida enquanto agremiação com funções partidárias, como exigido pelo AC-4, não podendo usar o nome “partido” em sua denominação. A sigla foi formada principalmente a partir do projeto de seus integrantes em fazer oposição ao novo regime político que havia sido imposto no Brasil. Sua principal insígnia, amplamente defendida por seus membros, era a defesa da democracia.

Analisando a conformação do MDB, chega-se à conclusão que sua formação tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal se deu em maioria por antigos políticos vindos das fileiras do PTB, seguidos pelos partidários do PSD (Pecoraro, 2019, p. 19 e 20). Nota-se que, mesmo que o MDB tenha sido formado por considerável número de pessedistas, esse grupo político, em sua maioria migrou para a formação da Arena, junto com os antigos udenistas. Assim sendo, se analisarmos o número total de membros parlamentares do MDB, nota-se que a estrutura fundadora era petebista, mas também importantes nomes da nova oposição, como o de Ulysses Guimarães, vieram do PSD. Podemos dizer que a base do PTB formou o MDB, mas também contou com a presença de “grandes caciques” do PSD em seu quadro partidário.

Independente da postura adotada pelos parlamentares que aderiram ao MDB, é importante notar como esse partido se formou como uma espécie de uma frente (Lamounier, 2004, p. 57), abarcando em sua postura oposicionista uma heterogeneidade de pensamentos e tradições políticas. A unidade de diferentes matizes políticas e ideológicas esteve congregada em torno da proclamada defesa da democracia. Tanto era assim que nos estatutos do partido era previsto que a Comissão Diretora Nacional deveria “traçar a linha político-parlamentar de âmbito

nacional, a ser seguida pelos membros do MDB na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e nas Assembleias Legislativas” (TSE, MDB estatutos). Era uma preocupação, então, do partido traçar uma certa unidade de pensamento às dissonantes vozes que o compunham.

O fato é que por partir sua formação no âmbito do parlamento nacional, ou seja, de cima para baixo, o MDB, até a década de 1970, tinha pouca representatividade em nível local. Seus diretórios municipais inexistiam em várias partes do país. Caso corriqueiro era o MDB, por vezes, nem possuir candidatos para concorrerem em pleitos políticos por alguns estados ou cargos municipais. De acordo com Kinzo, isso acontecia porque:

O receio de se filiar a um partido de oposição em uma época de grande repressão política não foi o único ponto desfavorável ao MDB; dois tipos de preconceito afetaram o partido pelo menos até 1974. No eleitorado do interior, onde o conservadorismo é bem mais arraigado, muitas vezes o MDB era tido como sinônimo de subversão (comunismo), o que dificultava o partido recrutar políticos locais que pudessem assumir a tarefa de organizá-lo no Município. Nas áreas mais urbanizadas e industrializadas, [...] o MDB era visto com descrédito. (Kinzo, 1988, p. 40).

Essa estrutura precária do MDB só começou a mudar a partir de 1974, quando, alavancado pela sua vitória eleitoral sobre a Arena, o partido ampliou o número de diretórios municipais (Kinzo, 1988, p. 41), após sua mudança de postura em relação a fazer e ser oposição.

Entretanto, ser e fazer oposição durante o governo ditatorial não era garantia de ter liberdade de expressar seus posicionamentos. Ao assumir o poder em 1967, o general Arthur da Costa e Silva prometeu, de acordo com Maria Helena Moreira Alves, “restabelecer os processos político-representativos normais e as regras democráticas” (Alves, 1989, p. 112), buscando dialogar com a oposição. Porém, essa chamada “política de alívio” encontrou um cenário conturbado em 1968. Esse ano foi marcado por manifestações estudantis e sindicais com greves, além da atuação da Frente Ampla, uma articulação política em prol da redemocratização, criada em 1966 por Carlos Lacerda com apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Já nesse período, surge no interior do MDB um grupo que ficou conhecido como “imaturos”. Eram políticos jovens no cenário nacional, muitos eleitos pela primeira vez em 1966 para legislatura de 1967. Tinham ações e posições mais incisivas de oposição (Kinzo, 1988, p. 108) e, percebendo o contexto político-social, entenderam

que era preciso haver posicionamento diante dos acontecimentos da ditadura. Os políticos atuantes desse grupo, com sua “retórica radical” (Kinzo, 1988, p. 108) e papel de resistência, mudaram a inexpressiva imagem do MDB enquanto partido de oposição, tornando o partido mais atraente naquele período.

Desses políticos se destaca o deputado Márcio Moreira Alves. Em discurso realizado na Câmara dos Deputados, em 3 setembro de 1968, criticou a violenta invasão policial na Universidade de Brasília (UnB) em agosto de 1968, admoestando ser necessário promover um boicote aos militares, como para que os pais não deixassem que seus filhos participassem dos desfiles patrióticos de 7 de setembro, bem como para que as moças não dançassem ou namorassem cadetes e jovens oficiais. O discurso, mesmo que circunscrito à Câmara dos Deputados, causou impacto nas forças armadas. Dessa forma, os militares queriam que Márcio Moreira Alves fosse processado (Napolitano, 2014, p. 93). Mesmo com a maioria arenista no Congresso, o pedido dos militares foi rejeitado, visto que os deputados que temiam pela perda do direito da própria imunidade (Alves, 1989, p. 130). Foi diante desse cenário de crise para a ditadura que se implantou, em dezembro de 1968, o AI-5, dispositivo que o governo já havia preparado desde julho de 1968 (Conselho Nacional de Segurança, 1968).

O AI-5 representou o forte autoritarismo dos militares e causou impacto direto na ação da oposição. Se o MDB vinha fazendo um trabalho de estruturar sua postura oposicionista junto ao eleitorado, principalmente com a atuação do grupo dos imaturos, o AI-5 rompeu com esse processo, fazendo declinar a sua atuação e sua representatividade. Nesse período, dos 139 deputados do MDB, 60 foram cassados (Motta, 1997, p. 134), inclusive Márcio Moreira Alves. Isso trouxe consequências na própria atuação emedebista. Segundo Rodrigo Motta,

Contudo, depois do AI-5, decretado em dezembro de 1968, o tom dos discursos na tribuna mudou bastante. O Congresso foi fechado no dia seguinte à edição do novo Ato Institucional e ficou em recesso por quase um ano, só reabrindo no final de 1969. Lendo os discursos proferidos entre 1969 e 1970, temos um grande contraste com o período anterior. A temática política praticamente desapareceu dos discursos, revelando a existência de um forte temor no ar. A maior parte do trabalho parlamentar passou a concentrar-se em projetos e problemas insignificantes. (Motta, 1997, p. 134).

Assim, diante da escalada da repressão a postura do MDB no Congresso se tornou ainda mais tímida, refletindo no seu apelo eleitoral junto ao eleitorado que não



via representação no partido como canal de oposição e descontentamento ao regime. Esse processo ficou nítido nas eleições legislativas nacionais em 1970, em que se somando as porcentagens de votos brancos e nulos superaram a votação no próprio MDB (Pecoraro, 2019, p. 44).

Percebe-se, claramente, que a redução do voto no MDB foi acompanhada pelo crescimento dos votos nulos e brancos. Na verdade, os resultados negativos do partido da oposição não implicaram ganhos para a ARENA. O MDB perdeu votos para a campanha do voto nulo, mais intensa do que nunca nas eleições de 1970. O crescimento percentual de votos nulos e brancos corresponde aproximadamente à perda sofrida pelo MDB. Esses resultados demonstram o grau a que chegou o descrédito da população em relação às instituições políticas no imediato pós-AI-5 (Motta, 1997, p. 137).

Sendo assim, diante do contexto de formação impositiva que fez desenvolver um sistema bipartidário, o MDB viu-se desmobilizado desde seus primeiros atos. Segue-se a isso, outros fatores, como os atos autoritários do regime, a repressão do AI-5, as cassações anteriores e que se seguiram a esse período, podaram a atuação de uma possível oposição consistente a seu papel. Era necessária a reestruturação do MDB, refletindo sobre o que seria ser e fazer oposição naquele cenário de crescente autoritarismo.

### **O início da década de 1970, a reestruturação e vitória eleitoral**

Dado esse contexto de baixa representatividade e com a discussão de uma possível autodissolução do partido, a liderança do MDB promoveu discussões em 1971, buscando traçar novas estratégias para ação e atuação do partido enquanto oposição à ditadura militar. Esses debates foram realizados em dois grandes congressos, sendo o primeiro deles, no Rio Grande do Sul em abril, em que desenvolveram a Declaração de Porto Alegre, na qual reafirmaram o compromisso do partido com a defesa da democracia. Já o segundo ocorreu em julho, com produção da Carta de Recife. Nessa, a oposição passou também a defender a bandeira da Constituinte.

Nesse contexto de reconstruir o papel de oposição do MDB, foi essencial também o surgimento e estruturação, interna ao partido, do grupo dos “autênticos”. Esse grupo foi formado a partir das eleições de 1970, para constituição da legislatura

iniciada em 1971 (Nader, 1998, p. 170, 373). Eram jovens políticos, muitos recém ingressados na política. Esses parlamentares se identificaram por sua atuação na Câmara dos Deputados, na qual seus discursos e pronunciamentos tinham um tom parecido de ousadia e enfrentamento à ditadura militar.

Em contraposição a esse grupo, com políticos que já estavam a mais tempo no cenário político, inclusive antes do bipartidarismo e detinham a liderança partidária, estavam os “moderados”. Até aquele momento, eram os moderados que davam a orientação interna ao partido. Era um grupo formado pela maioria do MDB e seus expoentes tratavam de fazer oposição em tom conciliatório, usando a moderação como ferramenta política no trato com a ditadura (Kinzo, 1988, p. 57). Nesse período, então, cristalizou-se uma divisão interna no partido, cindido em “autênticos” *versus* “moderados. E foi a partir dessa divisão, principalmente com a atuação dos autênticos, que se estruturou a nova linha de atuação do MDB.

A grande ação da oposição nesse período foi o lançamento da “anticandidatura” em 1973. Essa façanha foi proposta pelo grupo dos autênticos, por meio da qual o partido buscava expor a farsa democrática que existia no país, denunciando as eleições indiretas. Entretanto, em torno dessa questão, um novo confronto se formou no MDB. A direção do partido, liderada pelos moderados, decidiu que Ulysses Guimarães seria, junto de Barbosa Lima Sobrinho, candidato à presidência da República para as eleições indiretas de janeiro de 1974. O caos se formou em torno da atuação do partido no dia das eleições indiretas. Para os autênticos, o partido deveria retirar a candidatura de Ulysses Guimarães e os deputados não deveriam comparecer à eleição, pois isso seria legitimar o modelo que questionavam (Nader, 1998).<sup>4</sup> Porém, a direção do partido levou a eleição adiante. Os autênticos mostraram insatisfação, visto que a proposta da anticandidatura foi elaborada por eles. Assim recusaram-se a votar, abstando o voto em favor do povo. Entretanto, essa anticandidatura impulsionou o partido elevando a importância dos autênticos no cenário emedebista, bem como nacional. Pode-se dizer que esse foi o passo inicial das campanhas para as eleições legislativas em novembro de 1974.

No que tangia aos objetivos da anticandidatura, Ulysses pontuou três norteadores da campanha: o primeiro é o MDB assumir sua posição de oposição, fiscalizando e criticando, quando necessário o governo; em segundo, levar a

---

<sup>4</sup> Baseado nas entrevistas realizadas por Ana Beatriz Nader com políticos que pertenceram ao grupo dos autênticos.

informação à população sobre os programas do MDB; e o terceiro, suscitar a população insatisfeita a votar no MDB nas eleições legislativas e diretas que ocorreriam em 15 de novembro de 1974 (Gutemberg, 2012). Então, percorrendo o Brasil denunciando o sistema autoritário, a falta de democracia e seu próprio programa, os antecandidatos aproximavam-se dos eleitores e, assim, preparavam as bases e caminhos para o pleito direto que se seguiria à eleição presidencial.

Ernesto Geisel, como já era esperado, foi referendado na eleição indireta em janeiro de 1974, “concorrida” pela antecandidatura oposicionista. Com as bases já lançadas com a antecandidatura, o MDB contou com a organização de um manual de campanha para o pleito legislativo direto que ocorreria em novembro de 1974. Esse documento “servia de guia básico para os candidatos”, (Kinzo, 1988, p.154) visto que nele continha a plataforma eleitoral do MDB, além de contribuir para os discursos de seus políticos com argumentos sobre a realidade da situação socioeconômica do Brasil. A Franco Montoro coube a coordenação geral da campanha, sendo o manual elaborado por intelectuais ligados ao CEBRAP<sup>5</sup> (Kinzo, 1988).

Sobre a situação econômica, o partido de oposição soube explorar muito bem o esgotamento do “milagre” brasileiro, bem como as sequelas sociais por ele causada, como a acentuação das desigualdades sociais (Carvalho, 2013). Um exemplo dessa abordagem pode ser visto em um *spot* produzido pelo partido para a televisão. Nessa curta propaganda, aparecem pessoas sendo entrevistadas, cujas respostas apontam para os problemas sociais vividos pelo povo, bem como indicam o MDB ser a solução para essa questão. Ao final, aparece Ulysses Guimarães que pronuncia a seguinte mensagem: “Vote por pão, saúde, educação. Vote pela democracia e por justiça social. Se você está descontente, seja coerente. Vote por você votando no MDB” (Documentário Arquitetos do poder, 2010). O uso da televisão, como no exemplo citado, e também de outros meios de comunicação eficientes, como rádio, foi possível devido ao programa de distensão anunciado pelo governo Geisel no início de sua gestão.

Dessa maneira, é possível ver como o partido aproveitou da maior liberdade permitida pelo governo para articular sua campanha em 1974. Souberam usar os espaços disponíveis, fazendo críticas incisivas aos problemas socioeconômicos,

---

<sup>5</sup> CEBRAP, ou Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, foi criado em 1969 por um grupo de professores universitários de diversas áreas de conhecimento que foram afastados de suas funções pela ditadura militar. Funciona como um centro de pesquisas, publicações e seminários multidisciplinar abrangendo diversas áreas de ciências humanas. Disponível em: <https://cebrap.org.br/institucional/>. Acesso em 4 de dezembro de 2023.

aproximando-se dos seus eleitores como um partido capaz, sim, de fazer pressão e oposição ao governo dentro dos espaços que lhes cabiam e eram permitidos. Trata-se de um panorama bem diferente do enfrentado em momentos eleitorais anteriores, principalmente no que diz respeito ao receio gerado pelo AI-5 e a moderação do partido que se seguiu a ele.

Com o grande esforço eleitoral do MDB para o pleito de 15 de novembro de 1974, o partido de oposição esperava alcançar melhores resultados do que os obtidos em 1970. Já as expectativas do governo Geisel para essas eleições legislativas eram as mesmas esperadas de pleitos anteriores no período bipartidário de até então: a vitória do partido do governo, a Arena. Era esperado, sim, que o MDB tivesse um desempenho melhor que em 1970, mas não se imaginava que o pleito teria a proporção que teve. O Sistema Nacional de Informações (SNI), apesar de produzir alertas de que o MDB estaria se aproveitando das liberdades permitidas para contestar o regime durante as campanhas eleitorais e a Arena “fazendo uma ‘tênue defesa’ do governo” (Castro; D’Araujo, 2002, p. 44), faziam previsões positivas ao regime acerca dos resultados esperados do pleito de 1974.

É, então, possível analisar que as expectativas do governo era que a Arena continuasse sua supremacia no poder legislativo federal. Sobre essas eleições, teria Geisel, em conversa com o senador Luiz Viana Filho, expressado sua certeza: “Não é por vaidade minha, nem para me comparar com o Médici, mas no interesse da Revolução, a Arena não pode – já nem digo perder – mas baixar de votação” (Gaspari, 2014, p. 447).

Pelo MDB, havia a expectativa de aumentar na Câmara a representação para um terço de políticos do partido, com vistas a aumentar sua participação nessa casa legislativa, como com a prerrogativa de conseguirem criar Comissões de Inquérito Parlamentar (CPI’s) (Jornal do Brasil, 11/1/1974, capa). Sobre as campanhas eleitorais, Franco Montoro afirmou: “está havendo uma verdadeira explosão popular em favor do MDB.” (Jornal do Brasil, 11/1/1974, capa).

Em Brasília, os círculos políticos admitem, pela primeira vez, a vitória do MDB no pleito para o Senado em São Paulo, observando-se que será uma surpresa a reeleição do Senador Carvalho Pinto. Mas ninguém, na direção da Arena, acredita que o MDB possa, além do senador, eleger mais de 12 deputados federais.

Com a relação a outros Estados, comenta-se que a Arena e o MDB estão disputando a cadeira de senador no Acre, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande

do Sul e Rio de Janeiro. Na Guanabara, é tida como certa a vitória do MDB, mas são esperadas surpresas em Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, nos quais o MDB está otimista (Jornal do Brasil, 7 de novembro de 1974, p. 3).

Um fato interessante foi uma matéria vinculada pelo Estado de São Paulo, em 7 de novembro de 1974. Com título, “Arena já se habitua ao êxito da oposição”, os arenistas viam a possibilidade de o MDB alcançar algumas importantes cadeiras, mas esse fato não era admitido pelo governo (Estado de São Paulo, 7/11/1974, p. 3). O que se pode observar é uma aparente tentativa do governo em não influenciar negativamente os possíveis resultados a uma possível melhora eleitoral da oposição, ou simplesmente o desconhecimento ou até mesmo o desinteresse sobre o assunto.

O término das apurações confirmou o cenário inesperado de antes das eleições e já suscitado no início do cômputo de votos: a oposição, além de aumentar seu eleitorado e sua representação no Senado e na Câmara dos Deputados, a qual conquistou o um terço esperado, promoveu uma simbólica vitória sobre o partido governista, a Arena.

A respeito da composição da Câmara dos Deputados, é perceptível o crescimento eleitoral do MDB. Se em 1966 e 1970 (TSE, 1973) esse partido de oposição conquistou menos de cinco milhões de votos, em 1974, superou a marca de dez milhões de votos em sua legenda (TSE, 1977), dobrando, assim, seus resultados obtidos nos pleitos anteriores. O mesmo não ocorreu com a Arena, que apresentou um tímido crescimento eleitoral entre o período de 1970 e 1974, tendo recebido um pouco mais de um milhão de votos de diferença entre esses dois anos.

Quanto à ocupação das cadeiras na Câmara, constata-se que a Arena elegeu 203 deputados contra os 161 do MDB. Em números totais, o MDB continuou com menos cadeiras que a Arena, tendo em vista que a distribuição de cadeiras na Câmara ajudava quem tinha mais voto. Porém a vitória emedebista deu-se nessa casa legislativa pela eleição superior a um terço de seu quórum por emedebistas. Pela Constituição Federal de 1967, um terço das casas legislativas representava o poder de criar Comissões Parlamentar de Inquérito (CPI), convocar o Congresso Nacional de forma extraordinária, além de as aprovações de emendas constitucionais deverem ter a ratificação de um terço dos representantes dessas casas legislativas. Possuir esse efetivo dentro da Câmara ampliava o poder de ação da oposição em nível federal, dando, aparentemente, maiores possibilidades de desempenhar uma participação mais efetiva no governo.

Mas o inesperado ocorreu na votação para o Senado. Antes das eleições, o único estado certo da eleição de um emedebista era a Guanabara. O espanto veio quando os emedebistas conquistaram 16 das 22 cadeiras que renovariam um terço do Senado Federal para a nova legislatura a partir de 1975. Para a composição do Senado, apesar de o MDB não ter conseguido a maioria nessa casa legislativa por se tratar de uma renovação de parte desse poder, em números totais foi a primeira superação em eleições do partido de oposição sobre o partido governista. MDB bateu quase 50% dos votos contra os 34,73% recebidos pela Arena. Assim, é notável que, apesar de tomada como certa a vitória arenista em diversos estados e em outros em que a disputada acontecia de forma acirrada, o pleito de 1974 reservou uma grande surpresa as expectativas que haviam sido geradas em relação a essas eleições.

Além da análise da disputa eleitoral, outros fatores ainda devem ser observados, como crescimento eleitoral do MDB e queda nas abstenções e votos brancos e nulos. Deve-se observar que o número de votantes saltou de 22.435.521 em 1970 para 28.982.400 em 1974. Nessa mesma proporção o número de abstenções caiu, sendo que em 1974 mais pessoas compareceram às urnas em um total de 80,94%, sendo 19,06% de abstenções, contra a taxa de 77,46% de comparecimento em 1970, quando a taxa de abstenção ultrapassou os 20%, o que explica também o aumento do número de votantes, para além do crescimento do eleitorado no período (TSE, 1977).

Assim, ao analisar essas informações, é notável o crescimento eleitoral obtido pelo MDB. Enquanto a Arena obteve um tímido crescimento inferior a um milhão de novos votos em sua legenda, o MDB superou um crescimento acima de seis milhões de novos votos em sua legenda. Esses dados contribuem para a interpretação de que além de atrair novos votantes, o partido capitalizou os “votos de protesto”, ao empreender uma campanha mais incisiva, com mais porte de oposição que foi capaz de atrair os descontentes com o quadro político, econômico e social de então.

## **Conclusão**

O MDB, partido de grande relevância na atual República brasileira, tem suas origens montadas durante o período da ditadura militar. Por seguidos atos impositivos do regime autoritário, como o AI-2 e o AC-4, foram extintos os antigos partidos

políticos pós-Era Vargas e, a partir dessas antigas siglas, foram reorganizadas novas agremiações partidárias. Dada as obrigatoriedades e limitações do AC-4 de formar novas siglas a partir do Congresso Nacional e o enfraquecimento da oposição no Parlamento nacional pelas cassações e expurgos que vinham sendo realizados, foi possível o surgimento de duas agremiações partidárias: a Arena, partido da situação, e o MDB, partido que congregou os opositores do governo ditatorial.

O MDB, formado pelas antigas bases petebistas, teve dificuldades de atuação enquanto sigla de oposição. O surgimento do grupo dos imaturos, interno ao MDB, que tentou fazer uma oposição mais ferrenha à ditadura, desembocando no caso Márcio Moreira Alves, mostrou os limites dessa ação com a imposição do AI-5 pela ditadura. Seguido a esse ato repressivo, muitos emedebistas foram cassados pela ditadura, perdendo seus mandatos. Esse enfraquecimento do partido da oposição foi sentido nas eleições legislativas de 1970, em que o número de votos foi baixo chegando a mesmos níveis dos votos brancos e nulos.

Nesse mesmo período da década de 1970, o MDB procurou reestruturar sua atuação. Passando pela possibilidade de autodissolução, o partido procurou realinhar seus posicionamentos em grandes Congressos como em Porto Alegre e Recife. Nesse período, dentro do MDB surgiu um novo grupo de atuação mais ousada contra a ditadura, os “autênticos”. Imprimindo na sigla de oposição uma “nova cara”, esse grupo vai ajudar a reestruturar a imagem de partido de oposição. A principal campanha idealizada pelos autênticos foi a “anticandidatura” para concorrer a eleições indiretas para presidente da República. Essa campanha tinha o objetivo de denunciar o sistema antidemocrático das eleições presidenciais, ao mesmo tempo que contribuiu para aproximar o MDB do eleitorado. De fato, esse processo foi responsável por contribuir para a mudança de postura do MDB e também para sua vitória eleitoral no pleito legislativo em 1974, alavancando a representação do MDB como um partido de oposição de fato.

## Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm). Acesso em: 19 de março de 2016.

BENEVIDES, Maria Victória. **Udn e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Versão online. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/04/A-UDN-e-o-Udenismo-M-Victoria-Benevides.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed., trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CARVALHO, Alessandra. *Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978*. Natal: ANPUH, 2013.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org). **Dossiê Geisel**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 44.

CEBRAP. Disponível em: <https://cebrap.org.br/institucional/>. Acesso em 4 de dezembro de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA. *Livro de Atas nº4*. 41ª Sessão. 11 de julho de 1968.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Período de 1974 a 1978.

DOCUMENTÁRIO *Arquitetos do Poder*. Direção de Vicente Ferraz e Alessandra Aldé, 2010.

DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

*FOLHA DE SÃO PAULO*. Ano XLV, nº 13.283, 1º caderno. São Paulo, 28 de outubro de 1965.

GASPARI, Elio. **A Ditadura derrotada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUTEMBERG; Luiz. *Ulysses Guimarães. Perfis Parlamentares*. nº 66. 2ª ed. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.

*JORNAL DO BRASIL*. Ano LXXV, nº 273, 1º caderno. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1965.

KINZO, Maria d'Alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar (entrevista). In: MELHEM, Celia Soibelman; RUSSO, Sonia Morgenstern. **Dr. Ulysses. O homem que pensou o Brasil**. São Paulo: Arte e Meios, 2004.



MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade: A trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: história oral de vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PECORARO, Tamires Mascarenhas. **O MDB durante o governo Geisel (1974-1978): a atuação parlamentar do partido de oposição à ditadura após as eleições de 1974**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.  
PMDB, 50 ANOS. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2016.

REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e Utopia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Trad. Waltensir Dutra; apresentação à edição brasileira do Prof. David Fleischer. – Ed. Brasileira ver. e ampl. - Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 46 e 47.

TSE. Dados estatísticos: eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1970. v. 9. Brasília: 1973.

TSE. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974, v. 11, 1977.

TSE. *MDB Estatutos*. Disponível em:  
[HTTP://WWW.TSE.JUS.BR/PARTIDOS/PARTIDOS-POLITICOS/HISTORICO/REGISTROS-DE-PARTIDOS-POLITICOS-1945-A-1979](http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979).  
Acesso em: 7 de fevereiro de 2018.

---

### **Tamires Mascarenhas Pecoraro**

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mestra pela mesma instituição. Especialista em História do Brasil. Professora de História no Ensino Fundamental - Anos Finais nas prefeituras municipais de Resende e Itatiaia. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Interessa-se pela História do Brasil, principalmente no período relativo à ditadura militar, com ênfase em: bipartidarismo (1965-1979), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), eleições presidencialista e legislativa de 1974 e Governo Geisel.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1760805291098871>

---

**Artigo recebido em:** 09 de agosto de 2023.

**Artigo aprovado em:** 06 de dezembro de 2023.